

1 Ata nº 221 da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Jaciara,
2 realizada aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze
3 horas e oito minutos, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara,
4 conforme lista de presença anexa. A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sra.
5 Suely Cristina Castro da Silva de Moraes iniciou a reunião perguntando aos conselheiros
6 como havia sido a visita ao Hospital Municipal de Jaciara para verificar o estado de
7 gerador. O conselheiro Pedro Soares respondeu que eles fizeram a visita por todas as
8 dependências do hospital e que levantaram cinco problemas principais: as péssimas
9 condições do forro, com três salas caindo água dentro, o piso deteriorado, sendo que
10 encontraram uma sala com pisos novos para serem colocados, além disso, observaram
11 algumas portas sem fechadura, presas com panos, e outras salas sem porta e a situação
12 preocupante do gerador, que além de ter seu acionamento manual está em local distante e
13 sem segurança. A conselheira Mirna Monte disse que realmente a luz demora para religar,
14 que ela já presenciou uma queda de energia enquanto atendia no CIAAS. A presidente do
15 Conselho Municipal de Saúde, Sra. Suely Cristina Castro da Silva de Moraes solicitou que
16 seja encaminhado o relatório à direção do Hospital Municipal de Jaciara. O conselheiro
17 Eurípedes relatou que eles também visitaram a cozinha, a farmácia e conversaram com
18 alguns pacientes e o atendimento estava satisfatório. A presidente Sra. Suely Cristina
19 Castro da Silva de Moraes sugeriu que seja encaminhado ao Hospital Municipal de Jaciara
20 (HMJ) um documento recomendando providências quanto à situação do gerador e os
21 demais conselheiros concordaram. Em seguida, informou que o município aderiu a uma
22 portaria do governo federal para receber recursos para educação permanente, no valor
23 aproximado de dez mil reais. O conselheiro Pedro Soares retomou o assunto do HMJ
24 afirmando que o aparelho de raio-X continua sem poder imprimir os exames e a
25 conselheira Rosângela Ramalho disse que custo para o concerto do equipamento não
26 compensa, por se tratar de uma máquina muito antiga. O conselheiro Maiquel Rotili
27 colocou em pauta a questão do Laboratório Municipal, que está com o atendimento
28 limitado, e que os pacientes não estão conseguindo fazer alguns exames. A senhora Suely
29 solicitou que o conselheiro Fabrício entre em contato com o secretário municipal de saúde,
30 Audimar Rocha, para verificar a real situação do Laboratório Municipal e dos exames. A
31 presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sra. Suely Cristina Castro da Silva de Moraes
32 informou aos demais conselheiros sobre uma denúncia recebida na Ouvidoria Municipal do
33 SUS, de uma profissional da área odontológica que não tem comparecido ao trabalho e
34 justificou a ausência afirmando que está sem condições mínimas para exercer suas
35 atividades. Porém os conselheiros concordaram que nada pode justificar o não
36 cumprimento da carga horária de trabalho. A presidente Suely afirmou que existe uma
37 notificação onde o Tribunal de Contas do Estado exige o cumprimento da carga horária
38 dos profissionais, uma vez que tem realizado auditorias para verificar o cumprimento da
39 jornada de trabalho. A conselheira Mirna Monte argumentou que essa situação não
40 acontece com apenas um profissional e a senhora Suely respondeu que a partir do parecer
41 emitido sobre esse caso específico será possível cobrar dos demais. Foi lido então o ofício
42 que será encaminhado à Controladoria Interna do Município solicitando parecer de como
43 proceder nesse caso. Também foi lido o ofício elaborado para notificar o prefeito Abdo
44 sobre a devolução da camionete Hilux. Os conselheiros concordaram com o texto dos dois
45 documentos. Os conselheiros Fabrício Fabian e Vanuberci Monteiro alertaram para a
46 possibilidade de haver mais veículos que pertencem à secretaria de saúde e que estejam
47 sendo utilizados por outros setores, e solicitaram que isso seja verificado. Em seguida, foi
48 comentado por vários conselheiros sobre o grande número de reclamações sobre o
49 motorista A. F. da empresa Rosin, que faz o transporte dos pacientes até Rondonópolis.
50 Tendo em vista os relatos de falta de cordialidade e educação, imprudência e até mesmo a

51 negação em realizar algumas tarefas, os conselheiros optaram por encaminhar uma
52 solicitação à empresa Rosin para que o motorista em questão não seja mais designado
53 para atender à secretaria de saúde. O próximo item debatido foi a localização das
54 vigilâncias ambiental e sanitária, para que fiquem juntas. O conselheiro Fábio Ferreira
55 Santos, que atua na vigilância sanitária, disse que a distância física atrapalha o
56 desenvolvimento de ações conjuntas, e que, inclusive, já passou essa problemática para o
57 secretário Audimar. O farmacêutico Saulo Schmidt, que participou da reunião como
58 convidado, comentou que na Conferência Estadual de Vigilância em Saúde foi amplamente
59 discutido a importância da integração entre as vigilâncias. Foi proposto solicitar à
60 administração municipal que o Departamento de Trânsito seja realocado e o espaço seja
61 destinado à Vigilância Ambiental, tendo em vista que a sala fica próxima à Vigilância
62 Sanitária e à Secretaria de Saúde. A proposta foi colocada em votação e aprovada por
63 unanimidade pelos conselheiros. A presidente Suely, reforçou a importância de realizar um
64 planejamento efetivo para o próximo ano, como, por exemplo, o apoio de uma assessoria
65 contábil. A conselheira Rosângela Ramalho disse que a população, e até mesmo os
66 gestores, não conhece todas as tratativas do conselho e tudo que é aprovado pelo mesmo. A
67 senhora Suely Cristina Castro da Silva de Moraes ressaltou que é necessário saber qual
68 será a prioridade da gestão e trabalhar dentro do orçamento. O conselheiro Fabrício
69 Fabian citou o exemplo do Conselho Estadual de Saúde, que já trancou a pauta em
70 algumas situações para que reivindicações fundamentais fossem atendidas. Disse ainda
71 que é preciso acompanhar periodicamente o andamento dos trabalhos nos
72 estabelecimentos de saúde. O conselheiro Mauro José Ramos questionou sobre a redução
73 de alas no Hospital Municipal de Jaciara e o senhor Fabrício Fabian respondeu que a
74 redução foi apenas no espaço físico, mas o número de atendimentos manteve-se o mesmo
75 e falou ainda da sobrecarga que o município de Jaciara sofre por ter que atender às
76 cidades vizinhas. Os conselheiros questionaram sobre os valores recebidos através de
77 pactuação para atender os procedimentos de pacientes de outros municípios e a
78 quantidade dos atendimentos, mas a presidente Suely esclareceu que é normal municípios
79 menores regularem pacientes para municípios maiores, o que é preciso verificar é o
80 controle do quantitativo pactuado, sendo necessário trabalhar com planejamento,
81 monitoramento, avaliação e regulação. O conselheiro Pedro Soares disse que é preciso
82 corrigir o valor da pactuação por habitante para realização de procedimentos no CORESS.
83 A conselheira Rosângela Ramalho lembrou que por mais um ano o Hospital Municipal foi
84 priorizado em detrimento da Atenção Básica, e que isso não pode continuar acontecendo.
85 Os conselheiros propuseram que, seguindo o exemplo de outros conselhos, a pauta do
86 Conselho Municipal de Saúde de Jaciara seja travada, quando houver necessidade. Essa
87 proposição foi aprovada por unanimidade. A conselheira Mirna Monte sugeriu que seja
88 realizado um estudo na folha de pagamento da saúde, tendo em vista relatos de
89 profissionais que estão cedidos, ou trabalhando em outras funções, e que acabam
90 sobrecarregando a folha de pagamento da pasta. A conselheira Rosângela Ramalho
91 concordou com a sugestão e afirmou que estão faltando itens básicos, enquanto acontece
92 alguns tipos de desperdício. Em seguida, houve uma breve discussão sobre a situação da
93 merenda nas creches do município, bem como a necessidade de fiscalização pela
94 vigilância sanitária. O secretário municipal de saúde, Audimar Rocha, juntou-se aos
95 conselheiros para dar continuidade à reunião e afirmou que a questão dos exames já está
96 sendo resolvida e que está sendo realizado um estudo para realizar um comodato para
97 ampliar o atendimento no Laboratório Municipal. O secretário Audimar ainda falou que
98 houve uma reclamação na Câmara Municipal de Vereadores de Jaciara sobre os
99 atendimentos agendados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde e fez uma explanação
100 sobre o funcionamento desses agendamentos. Falou ainda que é preciso capacitar as

101 recepcionistas das unidades para orientar os pacientes sobre o processo dos
102 encaminhamentos, entre outros. Os conselheiros reforçam a importância de ter uma
103 pessoa fixa e capacitada na recepção, e não da maneira como está, com as agentes
104 comunitárias de saúde fazendo revezamento. O senhor Audimar Rocha reforçou que é
105 muito importante realizar um bom planejamento para o próximo ano, para que não sejam
106 cometidos os mesmos erros. A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sra. Suely
107 Cristina Castro da Silva de Moraes, informou que realmente essa questão do planejamento
108 é fundamental e já havia sido debatida no início da reunião, para que não resulte nos
109 mesmos problemas orçamentários e financeiros de dois mil e dezessete. O secretário
110 Audimar respondeu que realmente é necessário alguém para fazer o acompanhamento
111 contábil. A presidente Suely reforçou que se não houver a definição do modelo de gestão
112 que será adotado o CMS não irá aprovar as próximas demandas, pois essa falta de
113 acompanhamento tem causado um grande retrocesso na qualidade da saúde do
114 município. Nada mais havendo para tratar a Sra. Suely Cristina Castro da Silva de Moraes
115 encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, Ellys Marina Correa Lucchin, lavrei a
116 presente ata. Jaciara, sete de dezembro de dois mil e dezessete.